

## **MESA TEMÁTICA – LOS CAMBIOS EN LAS BASES DE SUTENTACIÓN ECONÓMICA Y LA ESTRUCTURA SOCIAL DEL TERRITORIO**

### **DESENVOLVIMENTO E TURISTIFICAÇÃO DE TERRITÓRIOS NO BRASIL: um ensaio sobre o desenvolvimento do turismo na região meio-oeste de Santa Catarina**

Virgínia Elizabeta Etges  
Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc  
etges@unisc.br

Milton Luiz Wittmann  
Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc  
wittmann@profwittmann.com

José Elmar Feger  
Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc  
Joseelmar.feger@unoesc.edu.br

Jucélia de Fátima Pires  
Faplan – Faculdades Planalto  
jufpires@pop.com.br

Daniela Burkhard  
Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc  
turdaniela@yahoo.com.br

#### **1 Introdução**

A temática do desenvolvimento regional ganha relevância no contexto sócio-econômico contemporâneo. Apesar do processo de globalização em curso, através do qual se expande, por via das facilidades de comunicação e transporte, a hegemonia nos padrões de vida e consumo, assiste-se a busca pela diferenciação de áreas, de um lado, para aproveitar vantagens comparativas, de outro, pela própria necessidade das populações autóctones preservarem sua identidade. No Brasil, essa tendência pode ser observada nos programas e projetos articulados pelo Governo Federal, como por exemplo, o Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2004), cujas premissas contemplam o envolvimento das comunidades locais nos processos de planejamento visando à competitividade e a escolha de estratégias diferenciadas para as diversas regiões do país. Verificam-se, nos referidos programas, que a visão do Governo Federal, na condução de suas políticas de desenvolvimento, considera que as atividades econômicas dinamizam-se em áreas com melhores condições de atração locacional, como infra-estrutura, recursos humanos qualificados, qualidade de vida aceitável, portanto, apresentando-se como adequadas à instalação de empreendimentos, levando a necessidade de provisão de meios e estímulos à adoção de postura favorável ao desenvolvimento das atividades produtivas, constituindo-se numa via para alteração de paisagens, culturas, modos de vida,

estruturas e relações sociais em determinadas localidades no curso de certo período de tempo (BRASIL, 2005).

Observa-se no Plano Nacional de Turismo, a importância, dada a necessidade da participação dos governos estaduais e parceiros estratégicos do setor privado, na realização de consistente planejamento e execução das ações necessárias para estruturar e qualificar roteiros turísticos integrados constituídos pelos municípios organizados em consórcios (BRASIL, 2003). Conclui-se que o interesse governamental é promover o desenvolvimento local, levando em conta a mobilização dos próprios recursos (endógeno), protagonizado pelos agentes locais (ascendente), centrado nas necessidades próprias das comunidades (autocentrado) preservação o meio ambiente (ecodesenvolvimento), conceito trabalhado por Cavaco (1999), e a sustentabilidade em seus diversos aspectos (social, ambiental, econômico, territorial) no sentido discutido por Sachs (2002), Montibeller Filho (2002) dentre outros.

Parece haver consenso entre os pesquisadores de que esse procedimento é adequado para a promoção do desenvolvimento regional, contribuindo para a especificidade e a identidade dos lugares que constituem a região, enquanto resultado de construção de relações sociais, reunião e articulação ocorridas simultaneamente em um lugar em particular (SILVEIRA, 2004). Entretanto, alguns aspectos necessitam maior discussão, dentre eles, os critérios de regionalização para o desenvolvimento do turismo, que na maioria das vezes considera a divisão político administrativa de municípios e estados, como parece estar implícito no Plano Nacional de Turismo. Ocorre que a literatura tem demonstrado que se trata de um equívoco, pois a regionalização do turismo deve levar em conta a distribuição espacial de atrativos e infra-estruturas turísticas, conforme já demonstrado por Boullón (2002) e Feger, Wittmann et all (2006). Esses últimos realizaram um estudo sobre a aplicação da teoria dos espaços para a região objeto desse estudo. Outro aspecto, o qual se pretende abordar no presente estudo, é o processo de turistificação dos lugares, cuja questão principal é: que fatores levaram municípios da região Meio-Oeste do estado de Santa Catarina à exploração do turismo?

O estudo, aqui apresentado, explora o tema do desenvolvimento regional com ênfase na turistificação da região Meio-Oeste do estado de Santa Catarina. Trata-se do recorte de um processo mais amplo e ainda em andamento, cujo foco é compreender a competição e cooperação que ocorrem em ambientes de arranjo produtivo local. O objetivo central do artigo, portanto, é discutir o processo de turistificação da região Meio-Oeste de Santa Catarina. Especificamente, pretende-se apresentar uma contextualização histórica e econômica da região; analisar o desenvolvimento do turismo na sua área de abrangência; disponibilizar dados consolidados sobre a região visando subsidiar futuros estudos concernentes ao seu desenvolvimento; disseminar conhecimentos e contribuir para a compreensão dos processos de turistificação de regiões visando uma melhor adequação dos processos de planejamento participativos do turismo.

Considera-se o trabalho, como um estudo exploratório, adotando-se a abordagem descritiva e de corte transversal, delineando-se como estudo de caso, pois, reúne um conjunto de dados e descreve uma fase do

processo social de uma unidade, no caso o desenvolvimento do turismo na região Meio Oeste de Santa Catarina. (GIL, 2002).

Para delimitação da área de abrangência da pesquisa, considera-se como região Meio-Oeste de Santa Catarina os municípios que fazem parte de cinco Secretarias de Desenvolvimento Regional, as quais foram criadas pelo governo do estado em 2005, como parte da sua reforma administrativa: Joaçaba, Concórdia, Videira, Campos Novos e Caçador. A escolha da região foi intencional, e levou em conta uma divisão do território catarinense em oito regiões geográficas, as quais se definem por possuírem características sócio-econômicas semelhantes que são: Sul, Litoral, Nordeste, Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Planalto Norte, Meio-Oeste e Oeste (SANTA CATARINA, 2005). A região Meio-Oeste é definida pelo governo estadual como de morros ondulados, localizada no centro do estado na qual situam-se comunidades de pequeno e médio porte, colonizada por imigrantes italianos, alemães, austríacos e japoneses. Sua atividade econômica baseia-se na agroindústria, bovinocultura e produção de maçã, como também, expressivas indústrias do setor metal-mecânico. As principais cidades são: Joaçaba, Videira, Caçador, Treze Tílias, Curitibanos, Fraiburgo e Campos Novos (SANTA CATARINA, 2005).

No tocante ao turismo, o estado também está dividido em oito destinos e, atribui para a região objeto deste estudo, a denominação de Vale do Contestado, abrangendo além das cidades já mencionadas, outras que fazem parte do Planalto Norte, como Canoinhas e Porto União. Isso se deve ao critério adotado para sua delimitação que considera a Guerra do Contestado, conflito armado ocorrido em meados da segunda década do século vinte e que teve como palco essas regiões do estado, além de parte do estado do Paraná. Outras formatações regionais são encontradas no estado, dependendo do processo em andamento, dos interesses locais, citando-se como exemplos as Associações de Municípios, a Fundação de Turismo Vale do Contestado, Rota da Amizade *Convention e Visitors Bureaux*.

Optou-se por não abordar, aqui, as áreas abrangidas pelas Secretarias de Desenvolvimento Regionais de Canoinhas e Curitibanos. A primeira, por estar mais vinculada econômica e socialmente ao Planalto Norte e a segunda, ao Planalto Serrano, ficando assim, definida como região objeto desse estudo a área pertencente às cinco Secretarias de Desenvolvimento mencionadas na delimitação da abrangência desta pesquisa. Ainda, convém destacar, que a análise do turismo será feita somente em alguns municípios pertencentes a elas, ou seja, os que estão se articulando para a exploração do turismo, aceitando-se as orientações de Petrocchi (2001) de que somente podem ser considerados turísticos os locais que efetivamente recebem turistas. Os demais municípios, embora se reconheça o potencial histórico cultural, não possuem fluxos turísticos regulares, como também, não dispõe de dados para análise.

O procedimento de coleta de dados, após a delimitação da área da pesquisa foi dividido em duas etapas. Primeiro fez-se uma breve revisão da literatura sobre, desenvolvimento, regionalização e turismo, especialmente, no que concerne a esse último, os processos de turistificação de lugares, visando a sustentação

teórica do estudo. Em segundo efetivou-se um levantamento de estudos recentes em documentos elaborados para o planejamento na região, dentre eles: monografias; análise de cenários para o Arranjo Produtivo Local Rota da Amizade, Informações Sobre Municípios Catarinenses disponíveis no *site* do Sebrae-SC (2005), podendo-se enquadrar o estudo como pesquisa bibliográfica e documental.

O artigo encontra-se dividido em quatro seções, além dessa introdução, que tratou da apresentação dos objetivos e método adotados para a pesquisa. Na segunda, faz-se uma revisão da literatura tratando dos processos de desenvolvimento, regionalização e turismo, com vistas a subsidiar as análises feitas. Na terceira, são apresentados e discutidos os dados coletados através do levantamento, para finalmente, na quarta seção, apresentar as considerações finais.

## **2 Espaço, região, desenvolvimento e turismo**

Esta seção apresenta uma breve revisão da literatura com o objetivo de sintonizar o leitor com o marco teórico que fundamenta a análise da região objeto de estudo. Parte-se de uma definição de região, território e desenvolvimento, procurando estabelecer as peculiaridades da regionalização do turismo, para posteriormente, tecer comentários sobre o turismo e a turistificação dos lugares.

Existe atualmente certa complexidade para conceituar região, território e desenvolvimento, devido ao amplo debate ainda em andamento, portanto a intenção nesse tópico não é esgotar o assunto, mas destacar alguns conceitos que orientaram o estudo. Milton Santos (2000) comenta que no passado havia critérios para a definição de regiões: os que se apoiavam nos dados da natureza através da combinação de elementos como clima, vegetação e relevo formando as denominadas regiões naturais; os que consideravam a região como o resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural, evidenciando o arranjo dos campos, o sistema agrícola e o habitat rural, incluindo o dialeto e os costumes constituindo um conjunto integrado de traços culturais, denominadas regiões paisagem.

Alguns autores entendem a região como um produto social construído em determinados espaços, cujas condicionantes importantes são: a distancia, a localização, transportes, força de trabalho e relações de interdependência:

A região corresponde a uma área geográfica que constitui uma entidade que permite, simultaneamente, a descrição de fenômenos naturais e humanos a análise de dados socioeconômicos e a aplicação de uma política. Funda-se em duas características principais: homogeneidade e integração funcional, e resulta, ao mesmo tempo, num sentimento de solidariedade vivida e em relações de interdependência com os restantes conjuntos regionais e com o espaço nacional e internacional (LAJUGIE; LACOUR, 1979 apud BENKO, 1999).

Silveira (2004) argumenta, nesse sentido, sugerindo que a especificidade e a identidade dos lugares que constituem uma região, podem ser apreendidas enquanto resultado da construção de relações sociais,

reunião, e articulação que ocorrem simultaneamente num determinado lugar, constituindo-se num “lugar de encontros”, aceitando o conceito defendido por Massey (1998).

Atualmente com as facilidades de comunicação e de transporte, através do processo denominado globalização, ocorrem interferências constantes no seio das comunidades regionais. Nesse sentido, “[...] o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros” (SANTOS, 2000, p. 79). O autor demonstra que o âmbito territorial e social sofre mudanças numa relação dialética entre rigidez e flexibilização, baseadas em um conjunto de normas, públicas, privadas, locais, globais, jurídicas ou informais. “Agora, neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repetidas. Na forma e no conteúdo das regiões [...], mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo [...] A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem” (SANTOS, 1996. p. 197).

Os territórios diferem de acordo com as suas características materiais e imateriais, ou seja, pelos seus recursos biofísicos, humanos, relações sociais, modos de produção e pelas suas culturas, constituindo-se nas suas identidades territoriais revelando os espectros, as formas e as intensidades de integração econômica e cultural dos lugares e regiões no âmbito de redes e sistemas sócio-econômicos e espaciais hierarquizados (ROCA; OLIVEIRA, 2004). Nesse sentido, Santos (1996) argumenta que os processos ocorrem através de redes, cujos fluxos tornam-se mais densos, mais variados e multidirecionados, havendo diferentes redes recobrando a superfície terrestre, as quais podem ser planejadas ou espontâneas, formais ou informais, temporárias ou permanentes, materiais ou imateriais, regulares ou irregulares.

Toda configuração territorial que existe, atualmente, é produto de movimentos sociais e políticos (HARVEY, 1992). Souza (1995) explica que território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Caracteriza-se pela interação do homem com o solo formando uma unidade demarcada (visto como território nação), consistindo numa flexibilização, num campo de forças, numa teia ou rede de relações sociais que concomitantemente com sua complexidade interna, define ao mesmo tempo um limite, uma alteridade: a diferença entre os membros da comunidade (*insiders*) e os de fora, os estranhos (*outsiders*). Em suma, territórios são relações sociais planejadas no espaço.

Partindo destes princípios pode-se definir região de diversas formas: pode-se considerá-la do ponto de vista das características naturais, históricas, da divisão social do trabalho, da ocupação do espaço

por determinada etnia ou ainda levando-se em conta a divisão político administrativa, uma vez que se caracteriza pela delimitação de determinada área por órgãos governamentais. Região, portanto, pode abranger uma área

do país, uma parte de um estado ou município. Podemos considerá-la como o espaço geográfico onde ocorrem relações sócio-econômicas.

Atualmente, levando-se em conta os efeitos da globalização, que ao contrário do que se poderia pensar, vem reforçando as diferenças locais (como já referido anteriormente neste artigo), alguns pesquisadores (CAVACO, 1999; FRANCO, 2000) tem articulado o conceito de desenvolvimento local. Os argumentos utilizados em sua defesa são que não é possível haver desenvolvimento somente com o crescimento econômico, fator extremamente importante, mas que sozinho, não leva ao desenvolvimento. É preciso, segundo eles, levar em conta além do capital da forma que é tratado pelos economistas, também o capital humano (conhecimento e capacitação das pessoas), o capital social (a estrutura e a capacidade de integração dos atores visando trabalhar conjuntamente organizando-se através de entidades) e o capital ecológico (utilização racional dos recursos disponíveis na natureza). Desenvolvimento é então o “crescimento” destes capitais de forma conjunta e articulada.

O desenvolvimento tende a ocorrer localmente, pois a existência destes capitais está intimamente relacionada com a ocupação de um espaço. Para competir é necessário que cada região identifique fatores de sucesso e que os utilizem para criar valores comparativos, permitindo assim, concorrer com as diversas regiões do planeta, oferecendo produtos diferenciados (PORTER, 1999). É necessário ainda, para que haja desenvolvimento, a integração das diversas instituições públicas e privadas, em torno de um projeto comum, e cada qual, desempenhe o seu papel a fim de que o processo ocorra de forma harmoniosa e planejada. Para que as regiões sejam competitivas, portanto, necessitam possuir um sistema econômico local estruturado, dele fazendo parte os governos locais e estaduais, um fórum de desenvolvimento com a função de articular os projetos regionais através da integração das instituições de suporte e de pesquisa. Torna-se importante a atuação conjunta dos segmentos empresariais de pequeno e médio porte através de associações, consórcios de produção ou exportação e que as empresas de menor porte estejam atreladas a uma rede de grandes empresas, que haja oferta de crédito facilitados através de cooperativas de garantia e pelos bancos de desenvolvimento ou comerciais. Ressalva-se também a existência na região de um observatório econômico e centro tecnológico capaz de avaliar o mercado internacional e gerar conhecimentos que possibilitem a elevação dos níveis de produtividade das empresas. Todos esses agentes atuando de forma interconectada, permitem a competitividade da região e das empresas que a compõe (CASAROTTO FILHO; PIRES, 1999).

Ocorre que, conforme explica Boullón (2002), os conceitos de região construídos a partir de diferentes critérios, como a concentração de determinados tipos de atividades produtivas (indústria, agricultura); aspectos como os índices sociais e econômicos, que, quando similares, conferem uma

identidade à região; a polarização, quando um conglomerado urbano concentra boa parte de bens e serviços, tendo capacidade de influência além dos seus limites, abrangendo uma área maior; critérios políticos, que se materializam nas associações de municípios ou secretarias de desenvolvimento regional; o interesse de

intervir num determinado espaço, por questões estratégicas, cujos limites são estabelecidos por decisões político-administrativo, as quais são denominadas regiões-plano ou regiões-programa, em grande parte não podem ser adotadas para a regionalização do turismo. Continua argumentando o autor, que a regionalização do turismo está fortemente ligada a localização dos atrativos turísticos, o que implica na descontinuidade de áreas.

Pode-se inferir que se caracterizam como territórios-rede, no sentido dado ao termo por Alexandre Neto (1997) e Souza (1995), pois formam uma complexa malha de nós, cujos contatos com o espaço real se localizam em apenas alguns pontos do espaço concreto e disputam com outras redes superpostas a mesma área de influência econômica. O espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos, que são a matéria prima do turismo, no entanto uma característica física básica é que os atrativos dificilmente se tocam, refletindo assim sua descontinuidade (BOULLÓN, 2002). Em virtude desses entraves, o autor propõe uma alternativa:

visto que o espaço turístico é entrecortado, não se pode recorrer a técnicas de regionalização para proceder a sua delimitação porque, de acordo com elas, seria preciso abranger toda a superfície do país ou da região em estudo, e caso isso fosse feito, grandes superfícies que não são turísticas figurariam como turísticas, cometendo-se um erro. É precisamente para substituir a idéia de região turística que desenvolvemos a idéia de espaço turístico (BOULLÓN, 2002).

O espaço turístico é classificado, conforme Boullón (2002), em uma hierarquização espacial que vai desde o que ele designa como uma zona turística (a maior área em que se pode dividir um país), até o núcleo turístico (a menor unidade espacial consistindo em espaço com potencialidades turísticas, porém, ainda não interligado com os demais elementos do sistema). Nesse artigo, serão abordados somente os conceitos de centros turísticos e corredores turísticos, por estarem mais relacionados com os objetivos do estudo.

O centro turístico corresponde a todo conglomerado urbano que, em seu próprio território ou área de influência, possui atrativos turísticos, de tipo e hierarquia suficientes, para motivar uma viagem. Para permitir viagens de ida e volta no mesmo dia, possui um raio de influência calculado em duas horas de distância-tempo, correspondendo ao caminho que pode ser percorrido por um ônibus de turismo. Portanto, esse raio é variável, depende das condições das estradas e da topografia, devendo ser utilizado como critério, não como medida exata. Para ser considerado como centro turístico é importante que seu empreendimento turístico conte com: hospedagem, alimentação, entretenimento, agências de viagem de ação local, informações turísticas sobre os atrativos e instalações locais, comércio turístico, posto

telefônico, correios, telégrafos, sistema de transporte interno organizado, conectando o centro aos diversos atrativos existentes em sua área de abrangência, como também, conexão com os sistemas de transporte externo, em âmbito nacional, internacional, regional ou local, conforme a hierarquia do centro. De acordo com a função que desempenham

podem ser classificados em centros turísticos de distribuição, de estada, de escala e de excursão (BOULLÓN, 2002).

Os corredores turísticos, de acordo com a função que desempenham no sistema turístico podem ser classificados como de traslado ou de estada. Os corredores de traslado constitui-se da rede de estradas que interligam os diversos atrativos turísticos da região, como também, os centros turísticos. São os caminhos utilizados pelos turistas em seus deslocamentos. Já os corredores de estada, se configuram em superfícies alongadas, em geral paralelas às costas de mares, rios ou lagos, e funcionam como uma combinação entre centro e corredor turístico.

Pode-se compreender, que para a regionalização do turismo, torna-se imprescindível o levantamento da infra-estrutura turística, feito através do inventário turístico, conforme ensina Petrocchi (2001), como também a localização espacial desses atrativos, para que se consiga delimitar a região turística como demonstrou Boullón (2002). Eles também alertam para a necessidade de uma abordagem sistêmica do turismo. Segundo descreve Rose (2002) o turismo é uma atividade pertencente ao setor terciário e consiste em um conjunto de serviços que disponibiliza ao turista. Os referidos serviços estão necessariamente inter-relacionados de tal forma que a ausência de um deles dificulta e até inviabiliza a venda ou a prestação de todos os outros; possuem peculiaridades rigidamente determinadas para as quais se deslocam os turistas; na atividade turística é marcante a não distribuição física do produto, pois é o consumidor que se desloca até a fonte de produção. O turismo pode ser conceituado como sendo o deslocamento de pessoas de seu local de residência por períodos determinados e não motivados por razões de exercício profissional constante.

Ainda, com relação ao turismo, analisam-se as relações entre ele (o turismo) e o “território”, que ocorrem de acordo com três tipos de situação, conforme demonstra Knafou (2001). Na primeira, os territórios sem turismo, pois no mundo globalizado, através das várias possibilidades de transporte, os turistas podem visitar qualquer lugar, isso não significa que, o local receptivo da visita, seja território turístico; em segundo lugar, o turismo sem território, onde o turismo não procede de iniciativa de turistas, ou seja, realizado em lugares equipados, quase que completamente indiferente à região que o acolhe e onde a extensão planejada nada mais é do que um espaço-receptáculo. Neste caso, o planejamento do território é apenas um planejamento do espaço, no qual o turismo constitui um princípio de organização, reduzido a uma atividade econômica, criadora de empregos e lucrativa; finalmente, numa terceira situação, os territórios turísticos, ou seja, os inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos

retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores. Neste caso o espaço deve ser planejado juntamente com a comunidade.

Para um melhor entendimento e aprofundamento das questões levantadas no parágrafo anterior, podem-se utilizar as reflexões de Krippendorf (2001) o qual fez uma análise sociológica do turismo, prevendo uma série de conflitos entre as populações autóctones e os turistas. Argumenta que quando a localidade passa a ser turística pelo interesse do visitante, desencadeia uma série de ações desordenadas para criar a infra-

estrutura necessária ao atendimento do turista, sem levar em conta, na maioria das vezes, os interesses da comunidade local. A vinda dos turistas promove mudanças na cultura local, a partir da adoção de costumes externos a região nem sempre interessantes, como: uso de drogas e estilos de vida. Outro ponto levantado pelo autor, é a introdução do turismo a partir de instituições externas, as quais inserem estruturas com qualidade para receber o turista, contrastando com a qualidade e o estilo de vida dos residentes, os quais são chamados somente para trabalhos braçais ou apresentações culturais, não havendo integração entre as comunidades locais e seus visitantes. Trata-se do que Knafou (2001) denominou turismo sem território, e que Krippendorf (2001) chama de enclaves nos locais de destino, pois não trazem benefícios em termos de melhoria de renda às populações locais, como também não permitem uma visão completa das condições de vida do país visitado, por parte do turista. Finalmente, o terceiro ponto, trata do planejamento do turismo a partir do interesse da comunidade local, baseando-se na existência de atrativos, porém sem levar em conta o interesse do turista, ou seja, da demanda, ocorrendo o desenvolvimento de produtos turísticos deficientes.

O que se pode depreender do conceito é que um determinado lugar para se tornar um destino turístico deve possuir elementos que motivem um deslocamento temporário das pessoas, nesse sentido o atrativo turístico é a matéria-prima, ou seja, os recursos naturais, culturais, sociais e tecnológicos passam a ter importância crucial. Eles podem tanto ter capacidade própria ou em combinação com outros para atrair os turistas (RUSCHMANN, 1999). Continua a autora, com base em ampla revisão bibliográfica, demonstrando que os atrativos turísticos devem ser classificados de acordo com o seu grau de atratividade em quatro níveis hierárquicos, que são: Hierarquia 03: atração excepcional, altamente significativa para o mercado turístico. É capaz, por si só, de motivar uma grande corrente de turistas; Hierarquia 02: atração com aspectos excepcionais, capaz de motivar uma corrente de turistas nacionais ou estrangeiros, por si própria ou em conjunto com outras atrações; Hierarquia 01: atração com alguns aspectos chamativos, capaz de interessar turistas que vierem de longe para a região, por outras motivações turísticas, ou capaz de motivar correntes turísticas locais; Hierarquia 00: atração sem méritos suficientes para ser incluída nas hierarquias anteriores, porém, faz parte do patrimônio turístico como elemento que pode complementar outro de maior interesse no desenvolvimento de complexos turísticos.

Para concluir essa seção, pode-se dizer que a regionalização do turismo depende da existência de atrativos de hierarquia suficiente para atrair fluxos turísticos, havendo necessidade de planejar a ocupação

das áreas levando em consideração os interesses tanto dos turistas como das populações autóctones. A delimitação das áreas a serem consideradas turísticas deve levar em conta a localização espacial dos referidos atrativos, e a partir disso, verificar em quais categorias espaciais os municípios podem ser enquadrados, portanto, a regionalização feita a partir de critérios político administrativos, tende a ser limitada nos processos de regionalização do turismo.

### **3 Contextualização da região meio oeste e sua turistificação**

Nesta seção apresentam-se as informações colhidas sobre a região Meio-Oeste do estado de Santa Catarina, abordando três pontos principais: aspectos históricos e sócio-econômicos e sua turistificação.

#### **3.1 aspectos históricos e sócio-econômicos da região Meio-Oeste**

A efetiva ocupação do território oeste do estado de Santa Catarina ocorreu no início do século XX, embora a presença do europeu já remonte a meados do século XVII, quando bandeirantes paulistas fizeram o primeiro grande ataque, objetivando aprisionar índios guaranis nas missões jesuíticas do Rio Grande do Sul em 1641 (RADIN, 2001). A partir de controvérsias com o Governo Argentino, por desentendimentos quanto a demarcação dos limites estabelecidos pelo tratado de Santo Ildefonso de 1777, feito entre Espanhóis e Portugueses, houve a disputa de terras na questão conhecida como de Palmas. Esse fato fez crescer o interesse do governo imperial pela região, o qual determinou a construção de uma estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul no ano de 1889. Essa obra tinha como finalidade a facilidade de deslocamento de tropas, no caso de um conflito armado com a Argentina e proporcionar a ocupação demográfica da região (HEINSFELD, 2001). Segundo o mesmo autor, os estudos relativos ao trecho catarinense, para a construção da referida ferrovia foram aprovados em fevereiro de 1895, coincidentemente sete dias após o laudo arbitral dando ganho de causa ao Brasil. Um aspecto, que segundo Heinsfeld (2001) indica a decisão estratégica da construção da ferrovia para o Brasil foi a sua localização mais a oeste, pois as condições morfológicas do planalto apresentavam-se mais favoráveis.

O governo incentivou a sua construção com financiamento a 6% aa limitado a trinta e sete mil contos de reis, além de ceder gratuitamente as terras devolutas ao lado da ferrovia. O trecho entre União da Vitória e o Rio Uruguai ficou sob a responsabilidade da Brazil Raylway Company e acontecia de forma lenta até 1907, quando através de decreto o governo brasileiro determinou um prazo improrrogável de três anos para a sua conclusão. Assim em 17 de dezembro de 1910, no mesmo dia em que expirava o prazo final para a construção do trecho, ocorreu a primeira viagem de União da Vitória, divisa de Paraná com Santa Catarina, à Marcelino Ramos localizado às margens do Rio Uruguai, no estado do Rio Grande do Sul (HEINSFELD, 2001).

No ano de 1890 o governo brasileiro regulamente a cessão de terras marginais à ferrovia, estabelecendo uma faixa de 15 quilômetros de cada lado, para a empresa construtora, a qual tinha um prazo de cinquenta anos para utilizar esses terrenos e a transportar gratuitamente os colonos e seus pertences através da ferrovia. Diante desses fatos pode-se perceber que a intenção do governo era fazer da construção da ferrovia um empreendimento colonizatório. Os vazios do Brasil Meridional não foram povoados espontaneamente, mas, de forma planejada e organizada por órgãos oficiais centrais ou provinciais. Neste sentido, a companhia

construtora da estrada de ferro passou a vender as terras, principalmente para colonos das denominadas colônias velhas localizadas no Rio Grande do Sul. Vieram então, para a região, colonos descendentes de italianos e alemães, principalmente, como também de outras etnias (HEINSFELD, 2001).

Assim, em 1913 instalou-se nos arredores da estação Rio do Peixe, hoje Piratuba o primeiro colono alemão a chegar a esta região. Entre 1913 e 1916 foram instalados vários pequenos núcleos, porém não tiveram muito sucesso. O grande fluxo ocorreu após a compra de grandes áreas de terras por companhias colonizadoras particulares para comercializar diretamente com os colonos. A forma de ocupação do espaço geográfico do oeste catarinense foi semelhante à utilizada nas colônias riograndenses, fato evidenciado por Bernardes apud Heinsfeld (2001). Este alega que a mesma situação das referidas colônias repetiu-se aqui, porém não tão rigorosamente, enquanto os alemães preferiram concentra-se nas encostas e fundos de vales, cobertos de matas latifoliadas e mais quentes, os italianos povoaram a beira do planalto, a região dos vales suspensos. Alguns núcleos de italianos ocuparam os fundos dos vales, fazendo exceção a regra, dentre eles, Barra Fria, Capinzal e Videira por exemplo.

Feitas algumas considerações relativas à história da ocupação da região, passa-se a uma breve descrição dos seus aspectos econômicos. Segundo Goularti Filho (2003), embora já se tenham notícias de ocupação do território catarinense, com a fundação de Laguna em 1682; Tubarão em 1836; Araranguá em 1848; Jaguaruna em 1867, dentre outras pequenas cidades no litoral, pode-se tomar como ponto de partida para uma periodização da formação econômica do estado o ano de 1880. O autor argumenta que alguns fatos importantes justificam tal proposição. O primeiro deles é a ocupação pelos imigrantes, primeiro italianos, depois poloneses e alemães no sul da província iniciado em 1877. Apesar de já existirem pequenas vilas espalhadas pela região, o seu destaque econômico ocorreu após o início da exploração carbonífera e com o início da construção da ferrovia em 1880. O oeste da província foi definitivamente demarcado após a questão de Palmas, encerrado em 1895, embora o governo imperial já houvesse determinado a criação de uma colônia militar na região de Palmas em 1850, somente com o agravamento do conflito diplomático é que foi apressada a ocupação da região e fundada a Colônia Militar de Chapecó em 1882. Após a inauguração do trecho ferroviário, em 1910, com a ocupação da região por imigrantes ítalo e teuto-brasileiros, provenientes do Rio Grande do Sul, pós 1916 data de assinatura do acordo de limites com o Paraná, é que a região passa a ter efetivamente um destaque econômico com a exploração da madeira, da erva-mate e de pequenas atividades agropecuárias.

Ainda, conforme Goularti Filho (2003), no período que vai de 1880 a 1945 predominou o padrão de crescimento baseado na pequena propriedade mercantil e nas atividades tradicionais. Também nesse período se originam as indústrias madeireiras, alimentar, carbonífera e têxtil. A metal-mecânica e moveleira, que também iniciam suas atividades nesta época, partem para um crescimento acelerado somente em anos posteriores. No litoral, vale do Itajaí e Nordeste do estado, com a vinda dos imigrantes, pela facilidade

tecnológica trazida por eles, da Primeira Revolução Industrial (facilidade da cópia) houve a implantação de pequenas atividades manufatureiras. Já o oeste teve uma colonização baseada no sistema colônia-venda e na pequena propriedade, que era voltada para a economia da subsistência e para a comercialização do excedente, estimulando desde cedo a formação do mercado interno e após a conclusão da ferrovia, sua integração ao mercado nacional.

Entretanto, é somente no período 1945-1962, que assiste-se na economia catarinense, a uma verdadeira diversificação e ampliação da base produtiva, com o surgimento de novos setores como o de papel, papelão, pasta mecânica, cerâmico, metal-mecânico, plástico, materiais elétricos e indústrias ligadas ao setor de transporte. Segundo o autor, foi nesse período que ocorreu o alargamento da divisão social do trabalho no estado. Foi nesse período, que iniciaram os investimentos em infra-estrutura de energia, comunicação, transporte e crédito, dentre outras. Foi também nesse período que se estruturaram as grandes empresas agroalimentares no estado.

O período de 1962-1990 foi o período de crescimento da economia catarinense, com a consolidação de empresas tradicionais e a criação de uma infinidade de empresas nos diversos setores. Após esse período, segundo ainda Goularti Filho (2003), ocorreu certa desestabilização da economia catarinense em função da abertura de mercado promovida pelo governo Collor. Esse período consistiu numa ampla reformulação e adaptação das empresas à nova realidade. No estado, o setor que foi mais afetado por essa nova situação foi o têxtil. Atualmente, grande parte das dificuldades já foi superada.

Entretanto, é necessário destacar, que em função da integração cada vez mais acentuada ao mercado internacional e dos efeitos da globalização, exigiu-se maior competitividade das empresas e dos agricultores,

[...] o complexo agroindustrial catarinense foi duramente castigado com uma reestruturação patrimonial em favor de multinacionais. Associado a esta desnacionalização assistimos nos anos 90 uma redução brutal no número de suinocultores e uma readaptação dos avicultores. Em 1990, Aurora, sadia, Perdigão e Chapecó tinham uma rede nacional de 36.050 integrados (suínos e aves), passando para 22.198 em 1999, representando uma queda geral de 38,5% na década. Com as novas exigências impostas pelos frigoríficos, como ganho de escala, novos sistemas de iluminação e ventilação e salas para matrizes melhores adaptadas, além de trabalharem com integrados que ficaram dentro de um raio de abrangência mais próximo da empresa, o número de suinocultores teve uma queda considerável. No final de 1999, havia apenas 16.000 suinocultores, na sua grande maioria integrados (GOULARTI FILHO, 2003, p. 18).

No campo político administrativo do estado houve uma significativa mudança no estado de Santa Catarina. Em 2005, através da lei complementar número 284 de 28 de fevereiro, o governo do estado estabeleceu um novo modelo de gestão e introduziu trinta secretarias de desenvolvimento regional, visando descentralizar e desconcentrar a gestão. As regiões que fazem parte do Meio-Oeste catarinense, e que serão aqui analisadas levam em consideração essa divisão política do estado.

As áreas de abrangência de cada uma das regiões são bastante heterogêneas. A Secretaria de Desenvolvimento Regional de Caçador possui uma área de 4.167,80 km<sup>2</sup>; a de Videira 1.694,10 km<sup>2</sup>; a de Campos Novos 3.288,22 km<sup>2</sup>; a de Joaçaba 3.548,12 km<sup>2</sup> e a de Concórdia 3.311,10 km<sup>2</sup>. As realidades seguem na direção inversa quando se analisa a população e sua densidade demográfica das referidas áreas. A população da SDR de Caçador no ano 2000 foi de 96.205 habitantes com uma densidade demográfica de 23,08 habitantes por Km<sup>2</sup>; a de Videira uma população total de 95.973 com uma densidade demográfica de 56,65 habitantes por Km<sup>2</sup>; Campos Novos teve uma população de 54.071 e densidade de 16,44 habitantes por Km<sup>2</sup>; Joaçaba 112.217 habitantes com densidade demográfica de 31,63 habitantes por km<sup>2</sup> e Concórdia com 142.086 habitantes e densidade de 42,91 habitantes por Km<sup>2</sup>.

Com relação aos indicadores sociais, optou-se por analisar especificamente o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, em virtude de ser um indicador agregado, o qual abrange tanto as questões de educação, de saúde e as condições de vida digna. Embora se reconheça os seus limites, em virtude da exigüidade de espaço, contemplam de forma sintética informações que permitam uma breve análise das questões sociais. Na área da SDR de Caçador, o município de Rio das Antas (0,803) é o único com IDH considerado alto, os demais todos se classificam como de nível médio. O município sede (0,793) da região é o que fica em segundo lugar. Todos os municípios dessa área possuem um IDH menor do que o IDH estadual que fica em 0,822, conforme dados do ano 2000. Para o mesmo quesito da SDR de Videira, essa cidade possui o IDH mais elevado (0,851) seguido de Iomerê com 0,849. Nessa área quatro municípios são classificados como de nível alto e os demais como de nível médio. Destaca-se que o município de Fraiburgo é o que apresenta uma classificação mais baixa da região (0,779). Observa-se que os municípios com IDH alto estão bastante próximos ou ultrapassam o IDH estadual. No que diz respeito à SDR de Campos Novos, o município com maior IDH é Ibiam (0,809) seguido de Zortéa (0,798). Também nessa SDR somente um município foi classificado em 2000 como de nível alto, os demais todos como de nível médio. A cidade sede dessa SDR ficou em terceiro lugar na microrregião com IDH 0,794. Destaca-se que todos os municípios apresentaram um IDH abaixo do alcançado pelo estado. No tocante a SDR de Joaçaba, oito municípios apresentam o IDH classificado como alto, ficando com o primeiro lugar o município sede (0,866), seguido de Luzerna (0,855) e Lacerdópolis (0,854). Deve-se considerar que a cidade de Joaçaba figurou naquele ano como o terceiro melhor IDH do estado, sendo que Luzerna ficou em sexto e Lacerdópolis em sétimo. Os demais municípios figuram como de nível médio. No que diz respeito aos indicadores sociais o município de Concórdia também apresenta do melhor IDH de sua área

de abrangência (0,849) sendo classificada no ano 2000 com em décimo primeiro lugar no estado. A região possui nove municípios classificados como de nível alto e os demais de nível médio. Para essa região os municípios que seguem o município sede são, respectivamente, Presidente Castello Branco (0,832) e Seara (0,832). Observa-se que somente nas SDRs de Joaçaba e Concórdia é que os municípios sedes obtiveram o IDH mais elevado de sua área de abrangência.

Quanto a distribuição de renda, medido pelo índice de gini, verifica-se que todos os municípios tendem a um indicador próximo ao estadual (0,56) ficando entre 0,45 obtido pelo município de Zortéa localizado na SDR de Campos Novos e Irani (0,60) que apresenta o pior índice localizado na SDR de Concórdia. É preciso reconhecer os limites desse indicador e deve ser analisado com cuidado e em conjunto com outros indicadores para poder fazer uma avaliação mais acurada dos níveis de pobreza.

Para concluir este ponto do trabalho, observa-se que apesar da região ter sido colonizada no mesmo período e pelas mesmas etnias, existem discrepâncias entre elas. De maneira geral os indicadores levantados apontam para uma situação relativamente confortável, se comparados com os indicadores estaduais. Entretanto há ainda muito a se fazer para diminuir as desigualdades.

### 3.2 Aspectos da turistificação da região Meio-Oeste

A história do turismo na região iniciou nos anos setenta do século XX, com alguns municípios, a partir de características locais. As autoridades e comunidade de Piratuba, a partir da existência no município de um poço de águas termais, perfurado pela Petrobrás para prospecção de petróleo, porém não o encontrando e sim águas sulfurosas, reuniram-se e juntamente com o Governo Estadual fundaram a Companhia Hidromineral de Piratuba (ROGGE, 1999). Hoje o Município conta com quinze equipamentos hoteleiros de várias classes e segundo a sua secretaria de turismo mais de mil e trezentos leitos disponibilizados através de casas e apartamentos para locação. Seu principal atrativo continua sendo as águas termais, com um parque aquático em constante reformulação. O município conta com um fluxo regular de turistas originados dos estados do Rio Grande do Sul, com maior concentração na região de Caxias do sul, do próprio estado de Santa Catarina especialmente de Florianópolis, Joinville, Blumenau, e do Paraná, destacando-se sua capital Curitiba.

Outro município que iniciou sua trajetória no mercado turístico também nos anos setenta foi Treze Tílias, que segundo Nodari (2000) teve três marcos importantes para o desenvolvimento da atividade turística: o primeiro foi a organização da primeira festa com intuito turístico elegendo a primeira miss turismo de Treze Tílias em 1971; o segundo foi o asfaltamento da SC 454 que é a principal via de acesso ao município; o terceiro que efetivou o município como atrativo turístico foi a gravação da novela da Rede Manchete de televisão “Ana Raio e Zé Trovão”, que além de fortalecer toda a economia da cidade durante as gravações, promoveu a massificação da divulgação do município a nível nacional em 1991. O município, de colonização austríaca, possui como foco o turismo cultural, sendo a sua própria

arquitetura um atrativo, lembrando o Tirol (Áustria). Sua população conserva as tradições trazidas do país de origem e produz esculturas em madeira, existindo no município mais de uma dezena de escultores, alguns conhecidos nacionalmente, inclusive com a produção, por um artesão do município, do crucifixo que decora a catedral de Brasília, capital do país. Hoje o município conta com doze unidades hoteleiras e cinco residências para aluguel, conta com fluxo regular de

turistas oriundos dos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Embora esteja a uma distância menor que cem quilômetros de Piratuba, o fluxo de turistas gaúchos é quase inexistente.

O município de Fraiburgo foi fundado em 1937 pela família Frey, que foi responsável pelo início do povoamento da região conhecida à época como Campo da Dúvida. Atualmente tem sua atividade econômica concentrada no setor primário, produção de maçãs. O primeiro equipamento hoteleiro criado no município foi o Hotel Renar, fundado em 1981 com estilo europeu. O município possui hoje seis unidades hoteleiras e seus atrativos são relacionados com a visita aos pomares de maçã. Também, em função de uma reserva ecológica deixada pela família Frey, desenvolvem-se atividades de turismo ecológico e de aventura.

Joaçaba, foi criado em 1917 logo após a solução da Guerra do Contestado. A colonização do município foi feita por imigrantes gaúchos de origem italiana e alemã, que, de posse de pequenas colônias de terra, deram os primeiros passos na produção agrícola. Mais tarde, começaram a surgir as primeiras indústrias de implementos agrícolas, acentuando-se as atividades comerciais e formando-se a base econômica do município que passou a liderar uma região. Com o forte comércio já predominando e com o surgimento das primeiras indústrias no segmento metal-mecânico, Joaçaba consolidava a sua posição de destaque no cenário estadual. No que concerne ao turismo, o município possui atualmente sete hotéis, destacando-se na realização de eventos. Hoje o seu principal evento é o Carnaval de Rua, com três escolas de samba que reúnem em torno de cinco mil foliões. Também está com o desenvolvimento de atividades de turismo rural, porém, ainda de forma insipiente. Outro fator que tem mobilizado a cidade é a construção da estatua de Frei Bruno, padre franciscano que viveu na cidade por algum tempo, ao qual, se atribuem a realização de alguns milagres.

O turismo teve uma nova dimensão na região, a partir da implementação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, quando a partir de 1996, foram feitos vários diagnósticos sobre as possibilidades do turismo na região. A título de ilustração, num estudo realizado por Feger e Theis (2002) procurando verificar a percepção das lideranças locais quanto ao crescimento do turismo regional e que ações tiveram maior participação no processo, verificou-se que 88% dos entrevistados consideraram que o turismo teve impulso na região da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense – AMMOC (corresponde hoje quase que integralmente a região abrangida pela Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joaçaba. O Governo Estadual inseriu o município de Tangará que pertence a AMMOC à Secretaria de Desenvolvimento Regional de Videira) após esse período. As ações foram justamente as vinculadas ao PNMT, como: cursos e treinamentos ministrados pelo Sebrae; a criação dos

Conselhos Municipais de Turismo em diversos municípios; a adesão dos órgãos municipais aos programas de incentivo ao desenvolvimento do turismo. Outro fator, não especificamente ligado ao PNMT, mas de caráter mais geral, foi o início do curso de Turismo e Administração Hoteleira pela Universidade do Oeste de Santa Catarina em Joaçaba. Apesar de terem sido desenvolvidos processos vinculados ao PNMT em mais de duas dezenas de municípios da região, envolvendo as cinco hoje Secretarias de Desenvolvimento Regional (nem todos os municípios à época aderiram ao

processo de municipalização do turismo). Após o encerramento das atividades do projeto, apesar de na pesquisa realizada em 2002, grande parte dos entrevistados alegarem que o turismo deveria ser implementado de forma regionalizada, somente três municípios iniciaram a atuar conjuntamente. Em 2001, representantes do poder público e lideranças dos municípios de Videira, Pinheiro Preto e Tangará uniram-se para criar o Vale da Uva e do Vinho, com o objetivo de implementar a atividade turística em seus municípios, tendo como paradigma a estruturação do turismo na serra gaúcha. Em outubro de 2001, três empresários hoteleiros dos municípios de Treze Tílias, Fraiburgo e Piratuba reuniram-se com integrantes do Vale da Uva e do Vinho, para buscar maior diversificação de entretenimentos com o aumento dos atrativos turísticos, o que, conseqüentemente, melhoraria a taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros. As atividades começaram a apresentar resultados efetivos, de forma que, em fevereiro de 2002, lançou-se a Rota da Amizade, roteiro turístico regional integrado por seis cidades (Videira, Pinheiro Preto, Tangará, Piratuba, Treze Tílias e Fraiburgo), cujo objetivo comum era o incremento turístico de todos os envolvidos no processo. Em 2004, o Sebrae lançou o projeto nacional dos APLs (arranjos produtivos locais), e as pessoas envolvidas com a Rota da Amizade começaram os trabalhos para inseri-la nessa idéia, a fim de qualificar ainda mais as ações turísticas existentes nesses municípios, que já estavam integrados, por meio dos recursos provenientes desse projeto. Em função da localização geográfica e do contexto socioeconômico, percebe-se a necessidade da inserção do município de Joaçaba no APL e, por conseqüência, na Rota da Amizade. As atividades do arranjo produtivo local estão subdivididas em diversas etapas e iniciam com a seleção das empresas existentes no *trade* turístico, indo até a prospecção de mercado e distribuição de material promocional (ROTA DA AMIZADE, 2005).

Em recente estudo, feito a partir de levantamentos realizados para a estruturação do APL, concluiu-se que a regionalização do turismo atualmente segue numa direção mais adequada, pois está assentada nos municípios efetivamente turísticos ou de potencial, seguindo o que foi preconizado por Boullón (2002). Esse fato ocorreu após intensa discussão entre as lideranças locais, as quais definiram os sete municípios que fariam parte do projeto de estruturação do arranjo. Dentre os fatores que mais contribuíram para essa decisão, foram a limitação de recursos e a impossibilidade de se trabalhar num projeto com uma quantidade relativamente grande de municípios, fazendo com que as lideranças compreendessem que não havia possibilidade de incluir municípios que não estivessem com um processo de desenvolvimento das atividades turísticas mais avançado.

Chegou-se a conclusão, em estudo anterior, que a região possui condições para se estruturar a partir de quatro centros de distribuição turísticos por possuírem concentrações de unidades hoteleiras e possuírem nas suas áreas de abrangência atrativos com hierarquias suficientes para motivarem fluxos turísticos, sendo eles: Fraiburgo, Videira, Treze Tílias e Joaçaba; um centro de estada turística em função do seu atrativo principal motivar o interesse do visitante freqüentar sempre o mesmo atrativo, que é o município de Piratuba

(águas termais). Também dois centros de excursão, Pinheiro Preto e Tangará, pois não possuem infraestrutura para hospedagem, porém atrativos interessantes para visitaçã, tanto no que diz respeito à história como de produção, são os maiores produtores de vinho do estado de Santa Catarina. Verificou-se no estudo, que as áreas de abrangências dos centros se interconectam, havendo necessidade de se pensar em definir estratégias de desenvolvimento do produto turístico regional de forma complementar, pois caso todos explorem o mesmo tipo de turismo podem estimular a concorrência e diminuir as possibilidades de sucesso. Esse fato pode estar sendo minimizado pela estruturação do arranjo produtivo. Outro aspecto evidenciado no referido estudo é a existência de municípios não integrados ao arranjo produtivo, porém são de passagem obrigatórias para se deslocar entre um extremo e outro da região que se forma (FEGER; WITTMANN; NODARI; et al, 2006).

Nesta seção fez-se uma contextualização do desenvolvimento da região Meio-Oeste do estado de Santa Catarina, enfatizando o seu processo de turistificação. Pode-se observar que ao longo dos anos o desenvolvimento sócio-econômico foi se construindo a partir de potencialidades locais que foram sendo gradativamente exploradas. Há certa concentração de atividades em alguns municípios, com exceção da cadeia produtiva de carnes que envolvem atividades industriais ou de produção de matérias primas em todos os municípios. A cadeia produtiva do vinho se concentra mais nos municípios de Videira, Pinheiro Preto e Tangará, a cadeia produtiva de maçãs mais no município de Fraiburgo e do turismo nos municípios de Fraiburgo, Videira, Pinheiro Preto, Tangará, Treze Tílias, Joaçaba e Piratuba.

#### **4 Considerações finais**

Observando-se os dados colhidos e confrontando com a bibliografia consultada pode-se verificar que uma região vai se construindo ao longo do tempo a partir da interação dos diversos atores que a compõem e das decisões tomadas ao longo do tempo. Fica evidente que a análise de uma região a partir de critérios únicos, como por exemplo, as características sócio-econômicas, podem conduzir a uma análise parcial da realidade.

Através das informações sintetizadas nesse artigo, pode-se verificar que a região ocorre a simultaneidade de diversas redes sociais e econômicas, com maior expressão, as ligadas a produção de aves e suínos, a fruticultura e ao turismo. A existência dessas redes leva, por um lado, a existência de diversos conflitos de interesse, pois, a efetivação de seus negócios, constitui a região em pelo menos três

territorialidades. Por outro lado, essas redes em alguns aspectos podem se integrar, como por exemplo, no tocante ao turismo há interesse por parte dos turistas em conhecer os processos produtivos.

A rede do turismo se integra a rede da vinicultura quando o turista visita uma vinícola. Esse fato, porém, leva à necessidade da vinícola a mudar sua estrutura produtiva, porque precisa preparar uma sala

própria para degustação além de manter pessoal preparado para atender os turistas. Essa é uma questão que deve ser observada com cuidado, pois quando se vai fazer o levantamento dos atrativos, as lideranças de Videira, Pinheiro Preto e Tangará, indicam como potencial turístico as vinícolas, porém, somente três delas iniciaram a fazer as adaptações para receberem visitantes. No tocante à agroindústria de aves e suínos, em Videira existe uma estrutura disponibilizada pela empresa Perdigão, com dados históricos da sua evolução, porém, há interesse dos visitantes em conhecer o processo produtivo *in loco*. Esse fator leva a necessidade de uma adaptação da empresa em seu processo produtivo, para receber os visitantes. Esses casos são citados aqui, no sentido de exemplificar as diversas configurações que podem ocorrer numa região e ressaltar que uma análise mais sistêmica e abrangente é necessária.

No que diz respeito aos objetivos perseguidos com o trabalho, pode-se considerá-los alcançados. No tocante ao turismo, pode-se verificar que a sua regionalização é específica e deve ser considerada a partir da localização dos atrativos turísticos e da estrutura. Apesar de todos os municípios possuírem algum atrativo de interesse, nem todos possuem uma hierarquia suficiente para gerar fluxos significativos. Nesse sentido, é mais prudente, priorizar os municípios que já possuem algum fluxo e estruturar roteiros a partir de centros de distribuição, garantindo uma maior permanência do turista na região, porém, dificilmente haverá municípios essencialmente turísticos. As atividades turísticas deverão ser consideradas como uma oportunidade de diversificar a produção e renda regional. Pode-se considerar ainda, que a turistificação da região ocorreu a partir da mobilização das comunidades em torno de atrativos nela existentes, que foram sendo melhorados ao longo do tempo numa interação dos produtores locais com os turistas e operadores. Nesse sentido, pode-se dizer que a territorialização do turismo ocorreu gradativamente na região. Num primeiro momento por iniciativas isoladas nos municípios e mais recentemente, após os anos 1990 de forma regionalizada.

No que diz respeito aos objetivos específicos, foi possível realizar, mesmo que genericamente, caracterizar o desenvolvimento da região a partir de seus aspectos históricos, sociais, econômicos. Ficou evidente a relação das mudanças regionais causadas pelos aspectos relacionados com a globalização, quando se analisou especificamente a questão da agroindústria de aves e suínos. Percebe-se, de um lado a diminuição e concentração de produção, fazendo com que um número cada vez menor de agricultores sejam integrados a cadeia produtiva. Também a saída de plantas industriais e ocupação de outras áreas como as de Goiás. Um outro aspecto, e que se constitui numa vantagem locacional para a região e para o estado de Santa Catarina, é a questão de sanidade, fator cada vez mais relevante no mercado e que devido a décadas de investimento, tanto por parte do Estado, como das agroindústrias, coloca o estado como zona

livre de doenças (febre aftosa), em virtude disso, algumas empresas estão retomando o seu investimento no aumento da produção na região objeto de estudo.

Antes de finalizar, deve-se reconhecer os limites deste trabalho, que foi exploratório e trouxe uma visão geral sobre a região. Torna-se necessário ainda aprofundar os aspectos relacionados com o arranjo

produtivo local de turismo, estudando-se a formação das redes empresariais, os mercados turísticos, a interferência do turismo no meio ambiente e na cultura local, os impactos econômicos do turismo, dentre outros assuntos que deverão ficar para outras oportunidades.

## 5 Referências bibliográficas

ALEXANDRE NETO, P. *A integração espacial, economias de rede e inovação*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

BENKO, G. *A ciência regional*. Oeiras: Celta, 1999.

BOULLÓN, R.C. *Planejamento do Espaço Turístico*. Bauru: Edusc, 2002.

BRASIL. *Plano Nacional de Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2003/2007*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL. *Programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2004.

BRASIL. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*. Brasília, DF: Ministério da Integração Regional, 2005.

CASAROTTO FILHO, N. PIRES, L. H. *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento regional*. São Paulo: Atlas, 2001.

CAVACO, C. *Turismo rural e desenvolvimento local*. In: RODRIGUES, A. B. (org) *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

FEGER, J. E.; THEIS, I. M. *Turismo e desenvolvimento regional: o caso do meio oeste catarinense*. 2002. *Dissertação*. (Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional). FURB. Blumenau, 2002.

FEGER, J.E; WITTMANN, M. L.; FILIPPIM, M. L.; NODARI, L. D. T.; LAZZAROTTI, F. *Caracterização de Arranjos Produtivos Locais de Turismo: Uma Análise Com Base na Teoria dos Espaços*. In: Anais. IV SEMINTUR. Caxias do Sul, RS: UCS, 2006.

FRANCO, A. *Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável*. 2 ed. Brasília: Instituto de Política, 2000.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed São Paulo: Atlas, 2002.

GOULARTI FILHO, A. *Formação econômica de Santa Catarina*. Disponível em [www.abphe.org.br/congresso2003](http://www.abphe.org.br/congresso2003). Acesso em: 20 mai 2006.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, SP. 1992.

HEINSFELD, A. *O sentido geopolítico-estratégico da colonização germânica no Vale do Rio do Peixe*. In: A região em perspectiva: reflexões teóricas e enfoques regionais. Joaçaba: Unoesc, 2001.

KNAFOU, R. *Turismo e território*. Para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, A. B. et al (Org) *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 2001.

KRIPENDORF, J. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Atlas, 2001.

MONTIBELLER-FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentável*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2002.

NODARI, L. D. T. *Nova Petrópolis – RS e Treze Tílias – SC estudo comparativo dos espaços turísticos*. 2000. *Monografia*. (Pós Graduação Especialização em Turismo e Hotelaria) Unoesc. Joaçaba, 2000.

PETROCCHI, M. *Gestão de pólos turísticos*. São Paulo: Futura, 2001.

PORTER, M. E. *Competição: estratégias competitivas essenciais*. 12 ed Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

RADIN, J. C. *Os italianos nas terras novas do oeste catarinense*. In: Heinsfeld, A. A região em perspectiva: diferentes faces da história catarinense. Joaçaba: Unoesc, 2001.

ROCA, Z.; OLIVEIRA, J. *Identerra - identidade territorial no desenvolvimento das regiões ultraperiféricas*. In: 1ª. Conferência do Atlântico. Madeira: Ceged, 2004.

ROGGE, C. V. *Estudo sobre motivação e características da clientela das águas termais de Piratuba – SC*, 1999. *Monografia* (Programa Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria). Unoesc. Joaçaba, 1999.

ROSE, A.T. de. *Turismo: planejamento e marketing: aplicação da matriz de portfólio para destinações turísticas*. São Paulo: Malone, 2002.

ROTA DA AMIZADE. *Análise de cenários para planejamento turístico*. (Documento) Joaçaba: Sebrae, 2005.

RUSCHMANN, D. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. São Paulo: Papirus, 1999.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTA CATARINA. *Secretaria de Planejamento e Gestão*. Legislação. Lei Complementar 284 (2005). Disponível em: [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br). Acesso em: 20 mai 2006.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Ed. Record, RJ. 2000.

SEBRAE. *Informações sobre municípios catarinenses*. In: Desenvolvendo municípios, regiões e cadeias produtivas. (2005) Disponível em: [www.sc.sebrae.com.br](http://www.sc.sebrae.com.br). Acesso em: 20 mai 2006.

SILVEIRA, R. L. M. *Globalização, espacialidade e região*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. Disponível em: [www.igeo.uerj.br/VICBG-2004](http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004). Acesso em: 25 abr 2006.

SOUZA, M. J. L. de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, I. E. et al (Org) *Geografia: conceitos e termos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.